



Instituto Politécnico do Porto

Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão

Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação

A Literacia da Informação

Carina da Conceição Sousa da Silva

Vila do Conde

2007



Sumário

1.	Ler.....	3
1.1.	Porque não lemos?.....	3
1.2.	Alfabetização	4
1.3.	Iliteracia	5
2.	Literacia da Informação.....	6
2.1.	Sociedade da informação.....	7
2.2.	Modelo elaborado da literacia da informação	8
2.3.	Processo de investigação	9
3.	Bibliotecas	10
3.1.	Bibliotecas públicas.....	11
3.2.	Bibliotecas escolares.....	12
4.	Serviços de referência.....	13
4.1.	Serviço de referência no ambiente digital	13
4.2.	Perfil dos técnicos.....	14



“ (...) um indivíduo com competências de informação deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária, e ter as capacidades para a localizar, avaliar e usar eficazmente”

American Library Association, 1989



1. Ler

“Quatro coisas há no mundo
Que eu desejava saber:
Era dançar, tocar viola,
Jogar pau e saber ler.”

VASCONCELOS, Leite de – Etnografia Portuguesa, vol. 4

1.1. Porque não lemos?

Segundo Alçada (2005) a leitura é um bem essencial. Graças a esse maravilhoso poder, tão simples para quem o consegue dominar e tão complexo e misterioso para quem ainda não o adquiriu, a pessoa tem acesso às mais estimulantes e saborosas viagens pelo universo da ciência, da cultura e da fantasia. Contudo, em Portugal, não temos o hábito de ler, isto é, na nossa educação não nos foi transmitida a importância da leitura. A leitura passa a ser um hábito, quando através de uma prática repetida se instala como uma atitude integrada na própria vida da pessoa.

Um investimento por parte do Estado na educação e ensino apenas se torna possível há sensivelmente 30 anos. Só em 1960 passa a ser obrigatória a escolaridade de 4 anos para as mulheres. Defendia-se que a ocupação dirigida às mulheres – serem donas de casa – não requeria conhecimentos de leitura nem de escrita. Mesmo para os homens, a obrigatoriedade de ir à escola poderia ser contornada, se fosse indispensável a sua colaboração nas tarefas familiares ligadas à terra ou a outra actividade de que dependesse o orçamento familiar. Durante o Estado Novo defendeu-se e promoveu-se a ignorância das populações.

A escola por sua vez não tem incentivado o prazer de ler, uma vez que, os programas de língua portuguesa nem sempre escolhem os textos mais adequados à faixa etária a que se direccionam.

A leitura é uma ferramenta importante na medida que permite aos indivíduos tornarem-se sujeitos activos no seu processo de desenvolvimento pessoal e intelectual.

Ler é um meio privilegiado de se ter acesso ao saber, de se conquistar autonomia na aprendizagem que deve ser encarada como um processo dinâmico e sempre inacabado.



Hoje saber ler é uma necessidade profissional cada vez mais exigida. A leitura torna-se elemento de discriminação no emprego, principalmente quando não é praticada, podendo conduzir a graves problemas de inserção social.

Ler é mais do que perceber o código, é o acto que possibilita o acesso à chave do conhecimento. A leitura assume, no nosso tempo, e logo ao nível da sobrevivência do quotidiano, uma relevância inquestionável.

1.2. Alfabetização

Alfabetizar significava aquilo que ainda hoje significa, ou seja, ensinar o alfabeto. Alfabetizar é ensinar a ler e a escrever, ensinar a reconhecer os símbolos gráficos da linguagem verbal.

Ser alfabetizado significa reconhecer e compreender esses símbolos e ser capaz de com eles produzir mensagens compreensíveis para outros alfabetizados, melhorando desse modo a comunicação entre os sujeitos e incrementando, conseqüentemente, o seu nível e qualidade de vida.

Porém, essa alfabetização cedo se revelou, de algum modo, uma falácia no que respeita às intenções supracitadas. Ensinou-se a ler e a escrever mas de uma forma de tal modo elementar e instrumental que essa nova competência das populações se tornou, não raramente, num veículo de dominação política ou comercial e consumista.

Não havendo uma alfabetização universal e neutral, o contraste entre os diferentes tipos e níveis de alfabetização converte-se numa diferenciação/oposição social entre os que detêm e controlam certo domínio do saber e os que dele carecem.

O conceito de alfabetização é, muitas vezes, confundido com o de literacia. Esta confusão advém do facto de ambos os conceitos repousarem na linguagem escrita. A alfabetização é designada como um conceito relativo a aprender a decodificar a linguagem escrita. Assim, distingue-se um alfabetizado como alguém que aprendeu e sabe ler e escrever e um analfabeto como aquele que não sabe ler nem escrever.

Alfabetização refere um conhecimento obtido, estável, enquanto literacia designa um conhecimento processual em aberto.



O termo alfabetização, a que se foi acrescentado o termo funcional, tentava medir a capacidade de utilização em contextos formais e informais as aprendizagens obtidas na escola. O termo literacia vem do termo alfabetização funcional, actualmente utilizado em Portugal.

1.3. Iliteracia

Desde os anos 80, que os países mais desenvolvidos renderam-se a uma nova evidência: muitos adultos, apesar de vários anos de escolarização, não dominam a leitura, a escrita e o cálculo, demonstrando sérias dificuldades em utilizar na vida quotidiana material em diferentes suportes. Estes indivíduos, vêm deste modo diminuídas as respectivas capacidades de participação na vida social, em planos como os do exercício da cidadania, das possibilidades profissionais e do acesso à cultura. Podemos dizer que a iliteracia limita o acesso ao mercado de trabalho, as possibilidades de emprego e a capacidade de adaptação a uma sociedade e a uma economia em transformação.

Num mundo em que a informação e o conhecimento estão a constituir-se como factores determinantes da vida social, a capacidade de usar informação escrita de forma generalizada, tornou-se essencial. É hoje incontornável o facto de que as capacidades reduzidas neste domínio geram riscos sérios de exclusão social.

A luta contra a iliteracia é imprescindível, na medida em que realiza e reforça a liberdade individual e permite a igualdade de acesso a todos os direitos fundamentais. Este combate não pode ser apenas uma tarefa dos professores, mas deve contar igualmente com o empenho de toda a sociedade e de todas as administrações públicas.

Os factores da iliteracia são vários, sendo que os antecedentes familiares da população são um factor importantíssimo a considerar. A grande escassez de recursos escolares existente nos quadros de socialização familiar da esmagadora maioria da população, a ausência de certificados escolares e os contextos domésticos empobrecidos em livros e outros materiais escritos, muito contribuíram para as taxas elevadas de iliteracia verificadas em Portugal.

Outro factor relevante diz respeito ao sistema educativo e a acção da escola, uma vez que esta nem sempre adopta as estratégias pedagógicas apropriadas, e não estabelece as relações com os contextos sociais envolventes mais adequados à aprendizagem efectiva das capacidades de leitura, escrita e cálculo por parte das crianças, em particular das provenientes dos meios sociais mais desmunidos de recursos económicos e culturais.



2. Literacia da Informação

Devido ao facto de vivermos numa sociedade da informação, que se começou a falar de um novo tipo de analfabetismo afectando a população que, apesar do aumento das taxas e dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura, da escrita e do cálculo, vindo por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. Este novo “analfabetismo”, dito funcional, teria a ver com aprendizagens insuficientes, mal sedimentadas e pouco utilizadas na vida.

Entende-se por literacia como a capacidade de cada indivíduo compreender e usar a informação escrita contida em vários materiais impressos, de modo a atingir os seus objectivos, a desenvolver os seus próprios conhecimentos e potencialidades e a participar activamente na sociedade. A definição de literacia vai para além da mera compreensão e descodificação de textos, para incluir um conjunto de capacidades de processamento de informação que os adultos usam na resolução de tarefas associadas com o trabalho, a vida pessoal e os contextos sociais.

A atenção crescente que a literacia tem tido nos últimos anos é em parte atribuída ao crescimento exponencial da quantidade de informação disponível, bem como, ao predomínio crescente dos formatos digitais.

Falar de literacia implica:

- O perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser considerado constante, ou seja, que possa ser extrapolado a partir de uma medida temporalmente localizada;
- O perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser deduzido a partir, simplesmente, dos níveis de escolaridade formal atingidos;
- A literacia não pode ser encarada como algo que se obtém num determinado momento e que é válido para todo o sempre;
- A literacia não é algo estático, isto é, as competências das pessoas sofrem evolução (positiva ou negativa) das capacidades individuais;



- Os níveis de literacia têm de ser vistos no quadro dos níveis de exigência das sociedades num determinado momento e, nessa medida, avaliadas as capacidades de uso para o desempenho de funções sociais diversificadas;
- A literacia consiste num conjunto de competências que se vão aperfeiçoando ao longo do tempo e através da experiência adquirida em pesquisa, selecção e avaliação da informação.

2.1. Sociedade da informação

O conceito de sociedade da informação surge da necessidade de explicar e simultaneamente justificar o conjunto de fenómenos sociais a que temos vindo a assistir desde meados do século e de forma mais relevante desde a década de 80. Na base destes fenómenos estão as tecnologias da informação (TI) resultantes da convergência entre a informática e as telecomunicações.

Nesta sociedade da informação, é possível destacar duas questões observáveis na sociedade dos nossos dias que, manifestamente, a influenciam e condicionam. A primeira relaciona-se com as alterações verificadas ao nível da produção/edição da informação, a segunda relaciona-se com a escala em que a informação é difundida/recebida. Estas duas questões e os factores que as instituem interpenetram-se. Um ponto comum às duas é o dos meios de comunicação (media) e o desenvolvimento de que foram alvo no século XX.

No contexto da Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), há dois termos que ocuparam o cenário actual: sociedade da informação e sociedade do conhecimento. Mas, apesar de o âmbito ter imposto o uso do primeiro, desde o início houve falta de conformidade e nenhum termo conseguiu um consenso.

Na década passada, “sociedade da informação” foi, sem dúvida, a expressão que se consagrou, no contexto do desenvolvimento da Internet e das TIC.

A sociedade da informação é a consequência da explosão Informacional, caracterizada sobretudo pela aceleração dos processos de produção e de disseminação da informação e do conhecimento. Esta sociedade caracteriza-se pelo elevado número de actividades produtivas que dependem da gestão de fluxos informacionais, aliado ao uso intenso das novas tecnologias de informação e comunicação.



A grande produção de informação trouxe grandes benefícios em termos de avanço científico, comunicação, lazer, processamento de dados e procura do conhecimento. Mas também trouxe ao ser humano o dilema da saturação da informação. A máquina, substituindo o papel, passou a ser a forma mais prática e fácil de acumular informação.

2.2. Modelo elaborado da literacia da informação

Identifica uma necessidade ou um problema - No primeiro contacto com a literacia da informação o aluno deverá:

- Perguntar sobre uma gama vasta de tópicos, assuntos, problemas, etc.
- Reconhecer a necessidade de gerir e completar a informação a um certo nível (razoável) de compreensão.
- Fazer brainstorming sobre o assunto e formular questões.

Procura recursos fáceis - Identificado o assunto e formuladas as questões o aluno deverá:

- Identificar potenciais fontes de informação, incluindo documentos impressos, não impressos e electrónicos, dentro e fora da escola (i.e. em suporte informático - internet, cd-rom - audio-visual...) .
- Utilizar estratégias eficazes de pesquisa recorrendo a palavras-chave, frases e conceitos.
- Aceder à informação usando índices, tabelas de conteúdos, pesquisa cruzada e suporte informático.
- Avaliar as fontes a utilizar (i.e. leituras, pontos de vista / opiniões, formatos de documentos).
Rejeitar fontes que não servem as suas necessidades.

Reúne a informação - Depois da identificação e avaliação das fontes o aluno deverá:

- Ler, observar e ouvir uma grande variedade de materiais apropriados.
- Reunir material de suporte ao assunto.



- Começar a elaborar / construir / produzir informação sobre certos aspectos do assunto.

Analisa a informação - Enquanto os materiais/documentos estão a ser lidos, observados, tratados, o aluno deverá:

- Descobrir e explorar palavras-chave e ideias principais.
- Determinar a correcção, relevância e qualidade da informação (autor, data, etc) e rejeitar a informação desnecessária.
- Diferenciar entre facto e opinião, concordância e discordância, fontes principais e secundárias, causa e efeito.
- Identificar pontos de vista, diversidade e influência cultural.
- Reconhecer omissões e erros de lógica.
- Reconhecer a inter-relação entre os conceitos.
- Reflectir sobre as questões que surgem, rejeitando algumas ou todas; decidir recolher mais informação / documentação para substituir a anterior.

Interpreta e sintetiza a informação - Depois de analisar a informação, o aluno deverá:

- Encontrar formas eficazes/correctas para tirar e tomar notas.
- Resumir e registar a informação por palavras suas.
- Tirar conclusões baseadas na informação recolhida.

2.3. Processo de investigação

No processo de investigação, o aluno / utilizador deve ter capacidade para:

- Questionar e reflectir (formula as questões);
- Localizar a informação em diferentes suportes (livros, mapas, dossiers temáticos, CD-ROM, Internet, etc.);



- Recolher e seleccionar a informação (lê, ouve, observa e reúne);
- Reflectir e criar (compara, avalia, escolhe, associa, escreve...);
- Resume e conclui (elabora informação em diferentes suportes);
- Comunica a informação (em diferentes suportes);
- Reflecte no processo e no produto (como fiz e poderia ter feito?).

3. Bibliotecas

O papel das bibliotecas no desenvolvimento da literacia da informação é fundamental, uma vez que estas são intervenientes decisivas neste processo, devido ao facto de possuírem recursos de informação variados e em quantidade, sistemas de gestão de informação e pessoal especializado.

Nas últimas décadas, as Bibliotecas assistem a profundas transformações decorrentes da evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da emergência das designadas Sociedades de Informação e do Conhecimento. Nesta perspectiva e adoptando um conceito de biblioteca em mudança, um dos principais desafios que se impõe é o de converter a biblioteca, entre outras vertentes, num serviço onde os seus utilizadores podem adquirir um conjunto de competências que os tornem mais autónomos na pesquisa, selecção e organização da informação. Numa sociedade onde se privilegia o acesso público, gratuito e equitativo à informação, é agora também lançado um novo desafio às bibliotecas: o de apoiar os utilizadores na conversão em conhecimento, ou seja, em informação útil, prática e aplicável, toda a informação a que têm acesso, cada vez mais, através do desenvolvimento de tecnologias, designadamente a Internet.

O apoio aos utilizadores das bibliotecas para desenvolvimento de competências no sentido de melhor explorarem os recursos nelas disponíveis é preocupação e tarefa já antiga das bibliotecas e dos bibliotecários de muitas partes do mundo. Contudo, as transformações sociais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas (sociedade da informação), e novas teorias educacionais, incluindo a generalização da ideia da aprendizagem ao longo da vida, vieram dar uma nova dimensão a estas funções tradicionais das bibliotecas.



Se a aprendizagem ao longo da vida compreende um processo pessoal ou organizacional inerente à mudança impulsionada por práticas no conhecimento, competências e atitudes, indo desde o ensino pré-escolar até à pós-reforma, abrangendo também qualquer tipo de educação (formal, informal ou não formal), então cabe também às bibliotecas públicas e respectivos profissionais de informação assumir um papel relevante nesta área.

O aumento exponencial da informação disponível e das potencialidades dos mecanismos para o seu armazenamento e recuperação tornou clara a necessidade de alargar o conceito tradicional de formação de utilizadores, incluindo agora outras competências. Este alargamento origina por sua vez complexidade acrescida do trabalho das bibliotecas e dos seus profissionais, pois a questão da literacia da informação situa-se na intersecção de dois campos profissionais: o educacional e o da informação.

3.1. Bibliotecas públicas

O raio de acção das bibliotecas públicas e a importância do seu papel está comprovado ao longo dos tempos, uma vez que esta permite o acesso à informação, preservação das identidades locais e nacionais, apoio à educação formal e desenvolvimento da educação permanente.

As bibliotecas públicas devem adoptar funções educativas fazendo prevalecer elementos base do processo de aprendizagem ao longo da vida, como a orientação e o apoio no desenvolvimento de competências tanto para localizar a informação nos seus diversos suportes (impresso ou digital), bem como, para aplicar as ferramentas adequadas ao seu uso e disseminação (utilizando as mais apropriadas, que podem ser as proporcionadas pelas TIC ou a Internet, desde as mais básicas, como os directórios e motores de pesquisa, aos diversificados serviços e produtos do *Google* ou outras aplicações da *Web 2.0* (Miller, 2005). Segundo o Manifesto da UNESCO (1994) sobre bibliotecas públicas, a essência dos seus serviços reside, entre outras áreas, na missão-chave de “Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis” e em “Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática”. Em termos de funcionamento e gestão devem “ser levados a cabo programas de formação de potenciais utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos”. As bibliotecas públicas podem assim tornar-se uma extensão natural dos processos de educação formais, com destaque sobre os estudantes do ensino básico e secundário bem como dos cidadãos em geral.



De acordo com o futurista Alvin Toffler, “os iletrados do ano 2000 não são aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que não sabem aprender, desaprender e reaprender”. Nesta sociedade da informação, há uma necessidade de transição do “conhecimento” para a “competência” e do ensino para a aprendizagem, conferindo ao aprendiz o papel de protagonista. Esta transição implica que desde a mais tenra idade os indivíduos devam “aprender a aprender”, uma importante vertente na aprendizagem contínua. Deste modo, as frequentes e exigentes adaptações ao emprego requerem uma aprendizagem contínua, em três vertentes: além do “saber-saber” e “saber ser/estar” (atitude perante o trabalho), privilegia-se “o saber-fazer”. As bibliotecas passam a integrar também esta missão, não envolvendo apenas o papel de facilitadoras de informação, mas procurando, simultaneamente, potenciar o desenvolvimento de competências e de capacidades para saber interpretar essa mesma informação e produzir conhecimentos e valores.

Após esta tomada de consciência, cabe a esta instituição educar as crianças desde a mais tenra idade e adultos na utilização de métodos de pesquisa de informação.

3.2. Bibliotecas escolares

Se a infância e a juventude são fases da vida especialmente vocacionadas para a formação, a escola é um espaço obrigatório para isso. É por esse facto que, no âmbito da leitura e das bibliotecas, merecem especial destaque as bibliotecas escolares. Este tipo de bibliotecas deve apoiar os estudantes na aprendizagem e prática das capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio, usando de sensibilidade relativamente aos modos de comunicação de cada comunidade.

As bibliotecas escolares desenvolveram-se em Portugal a um ritmo muito lento. Apesar de tudo, graças ao esforço dos professores e dos responsáveis pela coordenação do programa (Rede de Bibliotecas Escolares), existem nas escolas dos vários níveis de escolaridade bibliotecas modernas e bem equipadas.

Estas bibliotecas têm permitido que as escolas:

- Assumam cada vez mais o papel de instituições privilegiadas no desenvolvimento das competências de leitura e de aquisição de hábitos de leitura;
- Criem entre alunos, professores e pais, um ambiente social favorável à prática da leitura e à mudança de paradigma no ensino e na aprendizagem da leitura e da escrita;



- Disponibilizem livros atraentes e outros recursos informação actualizados, ajustados ao nível etário, cobrindo um leque de interesses variados e de qualidade de forma a criarem um público leitor entre as crianças e jovens;
- Suscitem na prática lectiva dos professores momentos de leitura diária ou de consulta de livros na sala de aula;
- Estimulem a frequência da biblioteca por professores com as suas turmas como uma das actividades próprias da prática curricular;
- Estimulem a leitura domiciliária entre crianças e jovens por vezes com o apoio das famílias;
- Utilizem as novas tecnologias da informação e da comunicação como uma área propiciadora do desenvolvimento de competências leitoras;
- Proporcionem experiências significativas de leitura às crianças e jovens que despertem ou reforcem o prazer de ler, induzam a aquisição de hábitos leitores e através deles o desenvolvimento da literacia.

4. Serviços de referência

O serviço de referência é um serviço ou departamento ao qual cabe a tarefa de orientar o leitor no uso de uma biblioteca e no aproveitamento dos recursos que podem ser proporcionados pelo acervo existente no próprio local. Dessa orientação faz parte o fornecimento de informações sobre a documentação à disposição, condições de consulta, instrumentos de pesquisa, condições de obtenção de reproduções, etc.

Desde a sua criação, os serviços de referência vêm adquirindo cada vez mais importância, visto que as tarefas de informação se encontram actualmente entre as prioridades das bibliotecas.

4.1. Serviço de referência no ambiente digital

O excesso de informação e o lixo existente na Web levanta sérias questões ao documentalista na sua procura constante de efectuar um trabalho com qualidade que permita satisfazer o utilizador devendo por isso todas as bibliotecas digitais criarem um Serviço de



Referência também ele digital que permita ao utilizar clarificar e seleccionar todo o tipo de fontes existentes, conhecer as ferramentas disponibilizadas pela bases de dados e pelos interfaces, conhecer o vocabulário controlado que lhe permita tornar mais eficiente a sua pesquisa.

Preparar, identificar conceitos – chave, palavras, sinónimos e termos relacionados, construir a pesquisa com emprego de ferramentas comuns como operadores booleanos, truncatura, sistemas de classificação com índices e thesaurus, identificar os auxiliares disponíveis em cada base de dados, analisar criticamente os dados obtidos são as actividades que devem estar por detrás de um Serviço de Referência Digital que permita criar um serviço com capacidade de responder a um utilizador cada vez mais exigente.

Os serviços de informação e bibliotecas, neste novo ambiente, adquirem uma dimensão muito mais ampla e interdependente, uma vez que, com a disponibilidade crescente de recursos informacionais acessíveis directamente da Web, as informações de interesse dos seus utilizadores passam a ser não só os recursos internos à biblioteca, que tradicionalmente eram em papel, mas também, e de forma crescente, recursos externos, disponíveis somente na Web, sejam eles gratuitos ou não.

4.2. Perfil dos técnicos

A biblioteca actual, plena de desafios e perspectivas, necessita do profissional da informação com formação adequada, sólida cultura geral e domínio do uso das actuais tecnologias da informação. Um bom profissional é aquele que conhece os utilizadores a quem se destinam os serviços, e faz com que estes sejam uma resposta às necessidades dos mesmos, acompanhando as mudanças ocorridas na comunidade em que a instituição se insere.

O bibliotecário da biblioteca pública tem de ter capacidade para satisfazer as necessidades informacionais dos utilizadores, reduzindo as desigualdades sociais.

O profissional da informação está atento às significativas mudanças tecnológicas, políticas, sociais e económicas que vão ocorrendo na sociedade, de forma a acompanhar e contribuir para esse novo momento.

O papel do técnico responsável pela biblioteca, educador ou professor, é importante porque:



-
- Tem que promover o encontro das crianças com o livro que as possam seduzir, pois são esses livros que podem conquistar leitores. A biblioteca deve oferecer uma grande variedade, para que cada um possa aí encontrar o livro que lhe desperte o prazer de ler;
 - Deve facilitar o amor aos livros, com actividades de leitura orientada na sala de aula e com animações;
 - Durante todo o percurso escolar estas pessoas são essenciais para encorajar a autonomia no desenvolvimento do amor pelos livros.

Podemos concluir que a Biblioteca deve reunir uma equipa de profissionais de informação preparada não só para conceber, produzir, integrar e aplicar materiais de apoio à formação e aprendizagem, tanto em domínios relacionados com o acesso e pesquisa de informação em catálogos, bases de dados ou na Web, como também em áreas da Web social e ferramentas de comunicação e disseminação de informação. A equipa deve ainda ser dotada de competências pedagógicas e apta a ensinar com eficácia.